



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CULTURA AFRODESCENDENTE NA REALIDADE ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Eliane da Costa Oliveira

Secretaria Municipal de Educação de Ingá-elianecostaoliveira@ymail.com

Resumo

Este trabalho apresenta a implementação da Educação em Direitos Humanos numa escola municipal da cidade do Ingá- PB através do estudo da cultura intergrada ao nosso modo de vida. Ao abordarmos as diversas contribuições advindas das culturas Afro e Indígena na construção da identidade local fizemos o reconhecimento de nossa própria história onde, resgatamos a história de direitos a partir da realidade de nossa instituição de ensino que foi originalmente criado para separar a educação de meninos e meninas. Nesse sentido, a formação docente continuada foi imprescindível para tanto, nos planejamentos e formações, contemplamos além das diversas as possibilidades de intervenções pedagógicas a análise da nossa história e cotidiano, com influência Africana, Afrodescendentes e Indiodescendentes, e, com base nas leis 10639/03 e 11645/08 e diretrizes educacionais como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos onde meninos e meninas compartilham experiências culturais de aprendizado como: a capoeira e danças regionais de origens Afro e Indígena. O resultado desse processo, houve reflexão sobre a nossa identidade historicamente construída.

Palavras chave:

Educação em Direitos Humanos; Culturas Africana, Afrodescendente e Indiodescendente; identidade.

Introdução

Esse trabalho aborda a implementação da Educação em Direitos Humanos em uma escola municipal da cidade de Ingá- PB que atualmente possui 187 alunos entre a Educação Infantil e Fundamental I na cidade do Ingá- PB. Teve como algumas de suas funções: propor possibilidades de intervenção; sistematizar as ações; monitorar realização de metas e avaliação do processo.

Para tanto, o plano de ação teve a fundamentação adquirida no Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos. Entre as muitas reflexões, sobre a Educação em Direito Humanos, vimos a necessidade de discutir as relações e processos históricos e atuais que implicaram/implicam na violação de Direitos Humanos bem como, os de lutas e conquistas a esse respeito como a invasão das terras indígenas e a escravidão de negros/as.

Exercendo a função de supervisora escolar nessa instituição de ensino desde o final de 2013 quando empossada para cargo efetivo, temos como alguns dos desafios encontrados: o



reconhecimento do valor de nossa história, o incentivo as relações de respeito entre as pessoas independente de cor, gênero, condição física e/ou mental, raça, crença, etc.

Vimos a necessidade de abarcar na complexidade do cotidiano escolar as múltiplas possibilidades de intervenção nesse espaço, de modo crítico e contextualizado, com isso, a formação de professores deve ser constantemente revista.

Para ano letivo de 2015 nosso desafio foi o contemplar em todo currículo a Educação em Direitos Humanos. Com isso, percebemos que outras diretrizes educacionais serão também contempladas, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Lei Nº 11.645 que trata do ensino da temática: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, etc.

Com isso, a necessidade de articular o currículo escolar e as leis que regem a educação brasileira e, rever nossas práticas a através da formação docente, discutir para o entendimento que a solução para uma educação significativa, perpassa pelo contexto de nossa história e cotidiano e as diretrizes e leis vem para atender a demandas, integrar e não para dividi.

Nesse propósito, ganhamos o reforço de parcerias como a do Instituto Alpargatas. Nossa escola foi uma das cinco escolhidas no município de Ingá- PB, para participar do Projeto Educação pela Cultura que tivemos como proposta o trabalho com a Cultura Afrodescendente e Indiodescendente.

Justificativa

A escola sendo a mais antiga do município, passou por diversas alterações, sobretudo no modo de educar. Pois, já na sua estrutura física da época, foi pensada para dividi o que seria a educação para meninos e a de meninas, é tanto, que na fachada temos ainda (pelo prédio ser histórico), de um lado: sexo feminino, e do outro sexo masculino.

A ideia de trabalhamos também revendo a importância da representação da mulher no âmbito mais amplo, e, sua participação nas culturas Afro e Indígena.

Analisamos como se dava o ensino partido da nossa própria história. Com isso, vimos na educação fornecida na fundação da escola que data de 1922, que o ensino que era direcionado aos



meninos tínhamos a preparação para o trabalho e as meninas cabiam instrução para recato e tarefas domésticas, com intuito de prepará-las para o casamento (FERREIRA, 2012).

Apoiamos a interação entre meninos e meninas até mesmo na educação física onde, meninas participam do time misto de futsal e baleada, e outras atividades como grupo de dança e foi implantado a capoeira através de uma professora.

A intenção da nossa prática é de tornar a valorização feminina processo constante no cotidiano escolar. Inclusa nas ações do Projeto Político Pedagógico de modo permanente, visto que, acreditamos ainda, que para equiparar o tratamento historicamente direcionado aos homens se faz necessário ressaltar a presença feminina tão menosprezada e “dita” como frágil, mas, de fato são seres humanos plenos, capazes de superar a carga discriminatória ainda existente na sociedade que passava a falsa imagem de inferioridade nas mulheres que vemos como guerreiras, heroínas reais do nosso dia-a-dia.

Para tanto, revimos as propostas e implantação de políticas públicas de educação por parte do governo federal chegam por vezes, nas escolas de forma vertical. Embora sejam de suma importância, é necessária a formação dos profissionais da educação para que a implementação aconteça de fato.

Atualmente, temos que nos adaptar de forma obrigatória a algumas dessas como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, etc. Além de outros indicados como referências, a exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais em especial, os Temas Transversais. Segundo Rodrigues

(...) valorização e o respeito às diferenças culturais. Inserido nesse contexto, e com base nas leis 10639/03 e 11645/08, que tornaram obrigatório, entre outras coisas, o ensino da história e cultura afro-brasileira – com vistas à valorização e reconhecimento das contribuições que os negros legaram ao país, tornando-os peça-chave na construção da identidade nacional (RODRIGUES, 2014).

Com estudo desses temas, vemos que eles se complementam partindo do princípio que foram criados devido a demandas legítimas. Entendendo ainda, que devemos contemplar no currículo além da base comum a parte diversificada preparar os educandos não apenas para o trabalho, mas, para cidadania fortalecendo vínculos de cooperação e solidariedade (PCN, 1998).



Com o entendimento que nesse processo ocorre a construção de identidade de modo contínuo, se faz necessário autoconhecimento e, o reconhecimento da cultura que temos, resultado de outras diversas. Em especial, discutimos as contribuições de Afrodescendentes e Indiodescendente na constituição da nossa identidade cultural, e, analisamos o processo da histórico local de Afrodescendentes e Indiodescendente abordando assim, a Educação em Direitos Humanos. Como estabelece o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)

A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com contextos internacionais, internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextos; e
- V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos. (PNEDH, Art. 4º).

Com a compreensão de nossa história vemos a importância da análise da construção identidade em particular a cultural. De acordo com Sousa esse processo dá-se modo múltiplo e dinâmico ".A identidade cultural é um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade"(SOUSA, sd.).

Tendo o objetivo de proporcionar o reconhecimento da cultura afro e indígena e suas contribuições para a cultura local, bem como na formação da identidade local na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Cândida Amélia de Farias Braga na cidade do Ingá- PB. Tivemos como propostas:

- Identificar fatos da nossa história e as diversas contribuições advindas da cultura africana e indígena na formação do Brasil e, principalmente, no município de Ingá e no estado da Paraíba.



- Incentivar a pesquisa docente e dos estudantes para produção artístico-cultural através: da dança, musicalidade, culinária, literatura, e produção de um jornal escolar.
- Ressaltar alguns processos de lutas de negros (as) e suas conquistas como da comunidade remanescente de quilombo Pedra D'água na nossa cidade.
- Identificar as contribuições advindas dos índios na nossa cultura, desde o nome do nosso município até como se deu o processo de ocupação de Pindorama.

Metodologia

Para o alcance dos nossos objetivos tivemos um dos pilares à formação continuada de professores e troca de experiências, com incentivo a participação dos demais profissionais da escola: merendeiras, auxiliares de serviços gerais, vigia, secretárias, assistente administrativo, monitores do programa Mais Educação. Com isso, tivemos como resultados:

- I. Produção de um acervo de imagens e registros sobre as práticas e processos de construção de aprendizagem sobre o tema.
- II. Construção do jornal escolar com o relato das diversas práticas desenvolvidas ao longo do plano de ação.
- III. Firmamos parcerias para (re)conhecimento da riqueza de nossa história local de forma oral e escrita, com grupos de cultura regionais e outros representantes que incentivam o processo de identidade e memória na nossa cidade.
- IV. Criação de grupos de dança regional, capoeira com a participação de meninas e meninos.
- V. Fortalecimento da leitura e escrita com a discussão de uma visão crítica de nossa história, através de estímulos como: aulas-passeio, entrevistas com moradores da comunidade remanescente de quilombo Pedra D'água, rodas de leituras e conversas, filmes, documentários, etc.
- VI. Realização apresentações culturais de literatura que ressaltam as diversas belezas, como: de contos africanos, afrodescendentes e indígena o a participação da o unidade escolar.



Com isso, conseguimos propor mudanças de paradigmas construídos historicamente é uma tarefa que requer sensibilidade e compromisso. Com isso, precisamos delinear um modelo novo de educação que respeite os interesses dos diferentes membros, estimulando o reconhecimento do outro, valorizando o diferente, propor a criação de vínculos não apenas de interesses comuns, mas, entender e incentivar o reconhecimento do outro e de si próprio como detentor de direitos e deveres.

Para a construção de uma cidadania no ambiente escolar que transforme não só o indivíduo mas, ao mesmo tempo a sociedade que ele faz parte. Para tanto, precisamos de uma visão ampla, entendendo a complexidade a Educação em Direitos Humanos vai além de conteúdos, compreender nossa história faz entender que somos semelhantes mesmo com diferenças e a diversidade que temos no outro nos completa como também a nosso acrescenta. Entender que a construção de nossa identidade é múltipla, Afro e Indígena é parte de nós.

Considerações finais

Compreendemos a escola como instituição formadora, transformadora e, sobretudo agregadora. Para efetivação de seu papel social, se faz necessário o conhecimento dos direitos culturais, humanos e com base nesses, temos uma interpretação da realidade e praticar o exercício de ser parte dela. Não de modo neutro, mas, intervindo com a concepção de pertencente ao mundo que tudo há um contexto, até chegamos a nossa realidade atual ocorreram diversos processos e neles, as pessoas tiveram e tem papéis que não podem serem omitidos. A criação da cultura é constante, nos identificamos quando conhecemos, a praticamos.

Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos busca discutir o reconhecimento do valor da pessoa como ser humano, independente de cor, raça, gênero, crença, condição física, etc. devemos: estimular a parcerias, fortalecer a vínculos, definir o ser humano como sujeito de infinitas possibilidades e interação com o outro, diferente ou não, nos acrescenta, como acrescentamos ao outro.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei 11.645 de março de 2008**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.



_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

_____. **Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2009.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: . (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Acesso em: 26 mar.2012.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2013.

_____. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2013. Declaração de Ética Mundial Parlamento das Religiões Mundiais**. De 4 de setembro de 1993 Chicago, E. U. A. Disponível em: http://www.weltethos.org/1-pdf/10-stiftung/declaration/declaration_portuguese.pdf.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FERREIRA, Alexandre. **Ingá: Retalhos da História... Resquícios de memórias.** Cópias & Papéis, Ingá, 2012.

FERREIRA, Carmélio Reinaldo. **Mídia e Direitos Humanos.** In: Fundamentos Culturais da Educação em Direitos Humanos (Educação em Direitos Humanos DHNet).

FREIRE, Paulo. **Carta de Paulo Freire aos professores.** Scielo, 2001. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a13.pdf>>.

FLORES Elio Chaves; RODRIGUES, Solange. **Material Didático e Direitos Humanos.** UFPB, 2014. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=coENC891sjU>

FLORES, Elio Chaves. **Vida que te quero vida: direitos culturais e saberes históricos.** In: Educação em Direitos Humanos e Educação para os Direitos Humanos. Editora UFPB, João Pessoa, 2014.

INSTITUTO ALPARGATAS. **Programa Educação pela Cultura.** Centauro gráfica, João Pessoa, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Ambiente Escolar e Direitos Humanos. In: Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos.** Editora da UFPB, João Pessoa, 2014.

SOUSA, Rainer Gonçalves.. **Identidade cultural.** Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com/sociologia/identidade-cultural.htm>>

RODRIGUES, Zuleide Blanco. **Os quatro pilares de uma educação para o século XXI e suas implicações na prática pedagógica.** Disponível:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

<http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0056>.

RODRIGUES, Marcio Toledo. **História E Cultura Afro-Brasileira: O Papel Das Leis 10639/03 E 11645/08 No Espaço Escolar.** Grupo de Pesquisa Arqueologia e História da UNICAMP, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=176>.

Paulo Freire em Ação. Disponível em: <<http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Controle?op=detalhe&tipo=Video&id=619>>.

TELLA, Marco Aurélio Paz (Org.). **Cadernos Afro-Paraibanos I: educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais no Brasil.** NEABI/UFPB, João Pessoa, 2012.

_____. (Org.). **Cadernos Afro-Paraibanos II: direitos humanos, população afro-paraibana e mulheres negras.** NEABI/UFPB, João Pessoa, 2012.